

Plano Estratégico para a Polícia da República de Moçambique

Resultados dos inquéritos sobre vitimização e desempenho da polícia

Editado por: Anna Alvazzi del Frate, Joachim Bule, John van Kesteren, Angela Patrignani

Tradução por: Carla Bule, Laurindo Francisco Saraiva

Esta publicação está também disponível na Internet: <http://www.unicri.it/PRM>

© UNICRI, 2003

Esta publicação pode ser reimprimida livremente, desde que a fonte seja dada a conhecer e a cópia da publicação ou da reimpressão seja enviada à Unicri.

As opiniões expressas nesta publicação são as dos seus autores e colaboradores e não reflectem necessariamente os pontos de vista da Unicri.

Intstituto Internacional das Nações Unidas para Pesquisa sobre o Crime Justiça (UNICRI)

Viale Maestri del Lavoro, 10

10127 Turin, Italy

Tel. (+39) 011.653.71.11

Fax (+39) 011.631.33.68

<http://www.unicri.it>

UNICRI@UNICRI.it

imprimido por: S.R.L. F.LLI Scaravaglio & Co., Torino

Prefácio

"Dentro de um espírito de responsabilidade e pluralismo de opinião, decidimos organizar a sociedade de tal forma que a vontade dos cidadãos é o valor maior da nossa soberania." In Preâmbulo da Constituição da República de Moçambique de 1990.

A Constituição da República de Moçambique estabelece como um dos objectivos do Estado a construção de uma sociedade de justiça social, onde a igualdade dos cidadãos e o imperativo da lei são os pilares da democracia.

A materialização daquele objectivo pressupõe, entre outras coisas, uma permanente adequação e fortalecimento das instituições de ordem e segurança públicas e da administração da justiça que são os garantes fundamentais do exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

Foi tendo em conta este pressuposto que o Governo decidiu pela elaboração do Plano Estratégico da Polícia da República de Moçambique (PPRM) como forma de o Estado dispor de um instrumento programático de gestão da reforma e desenvolvimento da Polícia da República de Moçambique (PRM).

É neste contexto que surge o presente inquérito sobre vitimização, o primeiro do género na República de Moçambique, tendo sido estruturado em três componentes, nomeadamente a opinião pública, os funcionários públicos e os membros da PRM.

Paralelamente ao inquérito, e com o mesmo propósito, foi realizado um estudo do perfil do sistema de justiça criminal moçambicano cujas conclusões constituem o cerne das recomendações para a solução de grande parte das questões que o inquérito levanta.

Cientes de que a nobreza da missão de garantir ordem e segurança públicas reside acima de tudo na satisfação do cidadão, o inquérito cujos resultados agora se publicam em livro constitui modelo da intervenção participativa do cidadão, tanto o destinatário dos serviços do Estado neste âmbito como o provedor de tais serviços, na elaboração do diagnóstico de situação do sector de segurança e ordem pública, actividade fundamental para um correcto planeamento estratégico da reforma e desenvolvimento da PRM.

No contexto da globalização a que todos estamos submetidos, os resultados do inquérito permitem-nos igualmente estabelecer comparação em termos de ordem e segurança públicas entre o nosso país e os demais, elemento cada vez mais preponderante para a tomada de decisões não só pelos Estados como também pelas corporações transnacionais e pelos indivíduos.

Orgulha-nos o facto de o inquérito ter sido realizado por instituições de elevada competência técnica e científica e reconhecido mérito internacional como são o caso do Instituto Internacional das Nações Unidas para Pesquisa sobre o Crime Justiça (UNICRI) e o Centro de Estudos da População da Universidade Eduardo Mondlane (CEP).

A UNICRI é pioneira dos inquéritos internacionais sobre vitimização, considerados um dos maiores projectos de criminologia comparada, lançados em 1989 e realizados em mais de 70 países.

Foi nosso querer que este processo fosse conduzido numa base sustentável daí termos identificado o CEP, instituição nacional especializada na realização de investigação e sistematização de dados utilizando métodos múltiplos das ciências sociais, especialmente na área da população e desenvolvimento.

Desde já endereçamos os nossos sinceros agradecimentos à UNICRI que aceitou trazer a sua valiosa experiência internacional e adequá-la à realidade moçambicana e ao CEP pela excelente qualidade técnica dos inquéritos cujos resultados, estamos certos, servirão de referência na formulação de políticas não só no domínio da ordem e segurança públicas mas também da justiça e do desenvolvimento social do nosso país.

Queremos igualmente endereçar a nossa especial gratidão aos Governos dos Reinos da Espanha e dos Países Baixos, da Confederação Suíça, da República Portuguesa e ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) pela inestimável contribuição prestada com vista à realização do inquérito.

Reiteramos os nossos agradecimentos ao Grupo de Parceiros de Cooperação de Apoio à PRM e a todos quanto directa ou indirectamente contribuíram para que tanto o inquérito como esta publicação fossem uma realidade.

O papel que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem assumido na mobilização e coordenação da assistência técnica e financeira para a PRM merece da nossa parte uma apreciação muito especial. Neste contexto, saudamos de forma particular a Senhora Marylene Spezzati, Representante Residente do PNUD, pela abnegação e engajamento que tem demonstrado em prol da implementação do Programa de Reformas da Polícia.

Para os quadros e gestores do Ministério do Interior e da PRM, estamos certos de que este primeiro inquérito representou uma oportunidade única para uma avaliação externa e interna do desempenho que se pretende melhor em cada dia da nossa actividade.

Estamos esperançados que, os resultados do inquérito aqui publicados contribuirão para o reforço da importância a dar à análise das percepções e da opinião dos cidadãos como marcos de vigilância permanente do esforço a empreender para o cumprimento cabal das responsabilidades atribuídas ao Ministério do Interior e à PRM em particular.

Assim, assumimos que inquéritos semelhantes devem ser realizados de forma regular como metodologia de avaliação do desempenho institucional.

Maputo, Abril de 2003.

Almerino da Cruz Marcos Manhenje,

Ministro do Interior e para Assuntos de Defesa
e Segurança na Presidência da República

Índice

Prefácio	1
Arranjos Institucionais, Metodologia, Objectivos	4
Nota Explicativa sobre o Inquérito Externo	5
Informação Geral sobre o Sistema de Justiça em Moçambique	6
Resultados do Inquérito Externo	7
Vitimização dos 13 Crimes	7
Roubos e Tentativas de Roubos	8
Roubo de Animais	8
Violência	9
Crimes Relacionados com Viaturas	10
Ofensas Sexuais	11
Idade e Risco	12
Género e Risco	13
Corrupção	14
Participação a Polícia	15
Crimes não Participados	16
Atitudes da Polícia e da Função Pública	17
Ambiente de Trabalho	17
Regulamentos e Procedimentos	18
Estratégias Anti-Corrupção	19
Comparação das Opiniões da Polícia e do Público	20
Mulheres Agentes da Polícia	20
Grau de Satisfação com a Polícia	22
Auxílio Policial	21
Conclusões	23
Inquérito Externo	23
Inquéritos Internos	23
Recomendações Finais	24
Apêndice: este CD contém informação adicional sobre o projecto	
Relatório	
Questionários	
Tabelas adicionais	

Arranjos Institucionais

Os inquéritos foram realizados no âmbito do Plano Estratégico da Polícia elaborado pelo Ministério do Interior, com o envolvimento de diversas instituições:

UNICRI

Instituto Internacional das Nações Unidas para Pesquisa sobre a Crime Justiça

Metodologia

CEP / UEM

Centro de Estudo da População, Universidade Eduardo Mondlane

Trabalho de Campo

PNUD

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Coordenação

UNOPS

Agência das Nações Unidas para Serviços e Projectos

Logístico

Metodologia

Data: 5 a 20 de Agosto de 2002

Cobertura: Maputo (Cidade), Sofala, Zambézia, Nampula

Amostra:

2,851 (Inquérito externo, 16 anos ou mais, rural e urbano) H=58% M=42%

597 (Interno - cara a cara, Polícia)

597 (Interno - auto-administrado, Polícia)

480 (Interno - auto-administrado, Função Pública)

Objectivos

Avaliação da:

- Experiência do cidadão sobre o crime
- Percepção do cidadão sobre o acesso à justiça, policiamento, prevenção do crime, segurança
- Percepção sobre as causas do crime
- Experiências e percepções das mulheres sobre o crime
- Experiências e percepções dos Agentes da Polícia (PRM) sobre o crime, o ambiente e condições de trabalho
- Experiências e percepções dos Funcionários Públicos sobre o ambiente e condições de trabalho

Nota Explicativa sobre o Inquérito Externo

O inquérito externo levado a cabo em Moçambique é um inquérito sobre vitimização enquadrado no Inquérito Internacional sobre Vítimas do Crime (ICVS). Este é um extenso projecto internacional de comparação realizado pela UNICRI em cooperação com o Ministério da Justiça dos Países Baixos, o Ministério do Interior do Reino Unido, o Departamento de Justiça do Canadá e outros colaboradores.

Desde o início do projecto em 1989, 77 países têm participado no mesmo ou estão actualmente a considerar a sua participação.

O inquérito trata da vitimização, isto é, das experiências do crime segundo as percepções da população. Os dados recolhidos referem-se a treze tipos de crime, incluindo a corrupção e a fraude ao consumidor. A maior parte dos crimes reportados pela população são crimes convencionais relacionados com a propriedade, que não envolvem necessariamente o uso da violência.

Dependendo das condições sociais, os incidentes participados pelos cidadãos aos inquiridores podem envolver valores monetários de maior ou menor quantia. Por exemplo, em Moçambique observou-se que o valor médio dos bens roubados das casas era de aproximadamente 13 USD. Este pode parecer um valor pequeno, mas significa uma perda muito importante para a população pobre. Frequentemente, os bens roubados são galinhas, comida ou utensílios de uso doméstico.

Na província da Zambézia, muitos crimes consistem em roubos de bicicletas: as bicicletas podem ser uma ferramenta imprescindível para o trabalho, a sua perda é uma tragédia, e a sua substituição é muito cara. É por esta razão que a gravidade do crime nem sempre está relacionada com o uso da violência.

Em muitas ocasiões, o "crime" é uma intrusão na intimidade e privacidade da pessoa, quer no seu lar, na sua viatura ou caminhando pela rua, por parte de um agressor que pretende roubar um bem para o usar ou vender. O uso da violência aumenta o trauma experimentado pelas vítimas.

É possível realizar uma análise comparativa entre os dados recolhidos em Moçambique e de outros 6 países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) que usaram a mesma metodologia de recolha nos anos 2000-2001. Estes inquéritos foram realizados com amostras representativas da população em grandes cidades, e os dados são apresentados como percentagens da amostra. O questionário utilizado foi o mesmo.

Informação Geral sobre o Sistema de Justiça em Moçambique

Destaques de um estudo realizado através de inquéritos, baseados na análise descritiva do crime e dos problemas da justiça criminal tais como organização, funcionamento do sistema de justiça criminal e aplicação da lei.

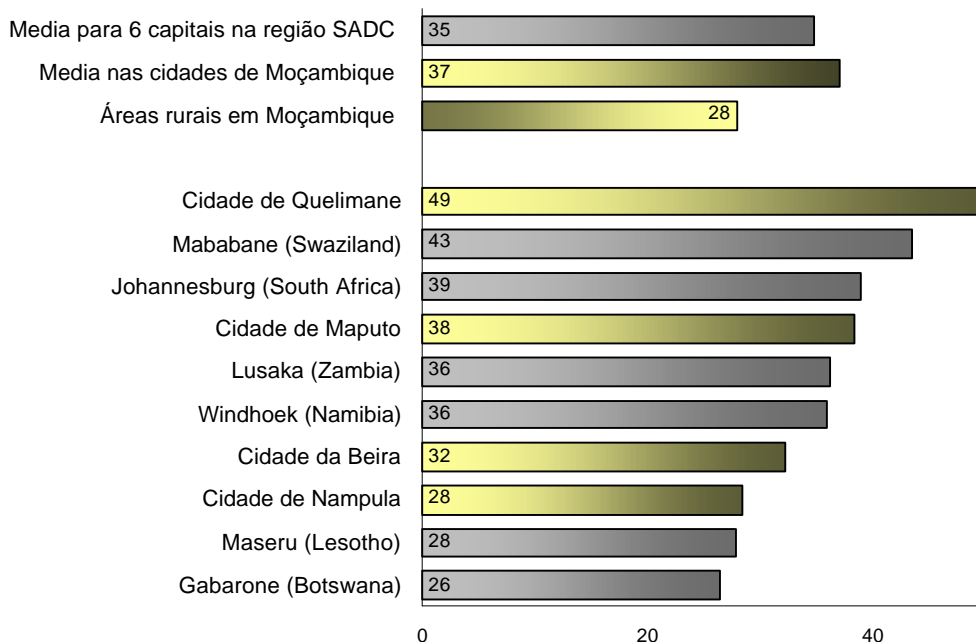
- O Sistema de Justiça Criminal moçambicano não dispõe de um banco de dados padronizado, que permita fazer uma estatística rápida e fiável sobre a situação criminal;
- Há insuficiência de quadros com formação profissional adequada, na Polícia, no Ministério Público, nos Tribunais, no Sistema Prisional, no INAJ e na Ordem de Advogados de Moçambique;
- A Polícia não faz uma total cobertura do território nacional. Os Comandos, Esquadras e Postos Policiais existentes são numericamente inferiores às necessidades, com efectivos exíguos, meios materiais e financeiros escassos e, em muitos casos, o seu pessoal possui baixo nível académico e profissional;
- O número de Procuradorias existentes situa-se aquém das reais necessidades do país. Há Procuradorias criadas (previstas) para determinados espaços territoriais mas não funcionam por carência de meios humanos e materiais;
- Há iniciativas tendentes a combater a corrupção e outros crimes mas não há recursos que permitam a sua materialização;
- Não há no país uma estratégia nacional de prevenção ao crime, improvisando-se, muitas vezes, medidas pontuais, nem sempre eficazes;
- Não existem unidades ou brigadas especializadas, no sentido rigoroso do termo, para o combate ao crime organizado, branqueamento de capitais, entre outros crimes graves;
- É notável a falta de uma eficiente articulação entre as instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal, o que se manifesta em vários domínios, sobretudo na área do combate ao crime;
- A legislação criminal mostra-se desactualizada, com particular destaque para a lei processual penal; No direito penal substantivo é também notória a falta da tipificação de certos comportamentos para os quais a ordem jurídica internacional clama punição, como são os casos do genocídio, dos chamados crimes horrendos ou hediondos e do crime organizado.

Resultados do Inquérito Externo

Vitimização dos 13 Crimes

Existem grandes diferenças entre províncias e cidades importantes em relação à vitimização global. As taxas de criminalidade são geralmente relacionadas à grandeza da cidade. Quelimane - sem ser a maior cidade de Moçambique - apresenta as taxas mais elevadas de criminalidade. Uma explicação possível será o excesso demográfico e ter sido mais afectada durante a guerra civil. Nas áreas rurais, o crime é quase 10 por cento menor que nas capitais.

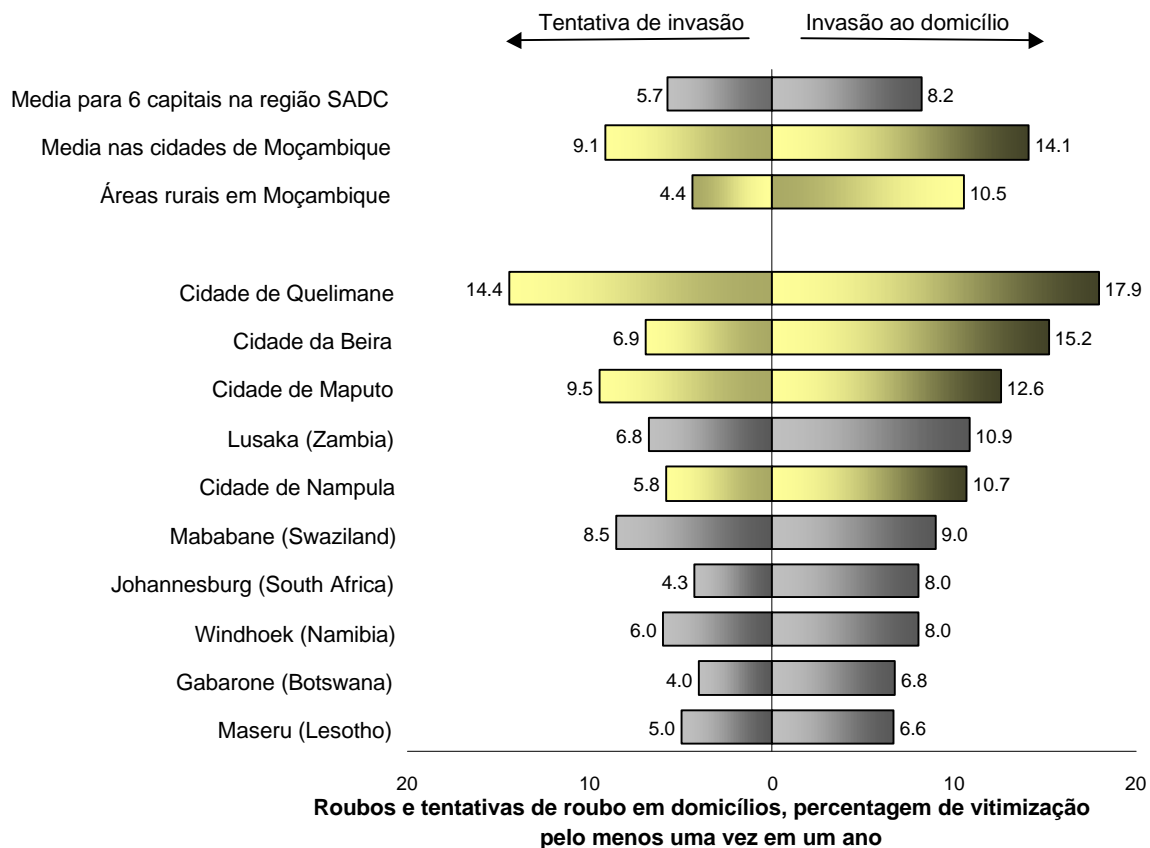
Roubo de viatura;
Roubo de viatura à mão armada;
Roubo de acessórios;
Vandalismo em viaturas;
Roubo de motorizada;
Roubo de bicicleta;
Roubo de animais;
Invasão ao domicílio;
Tentativa de invasão;
Roubo;
Roubo de bens pessoais;
Ofensas sexuais (mulheres)
Assaltos/ameaças



Percentagem de vitimização dos 13 crimes ocorridos pelo menos uma vez por ano

A vitimização global nas quatro capitais está ao mesmo nível que nas cidades capitais dos países vizinhos. Durante o ano de 2000 realizaram-se inquéritos sobre a vitimização em 6 capitais da África Austral. A metodologia utilizada permite a comparação dos resultados. Embora existam diferenças em relação à grandeza das cidades e aos níveis de desenvolvimento dos países, o risco global de vitimização nas cidades de Moçambique é muito similar ao de outras cidades da região da SADC.

Roubos e Tentativas de Roubos



Os roubos e as tentativas de roubo nos domicílios são mais frequentes em Moçambique, em comparação com as capitais dos 6 países vizinhos.

O valor médio dos bens roubados é inferior a 300,000 MZM (aproximadamente 13 USD). Uma razão para a elevada incidência de roubos nos domicílios será a falta de fechaduras apropriadas nas portas das casas e de outros meios de dissuasão.

- Nos últimos 5 anos, alguém entrou dentro da sua casa sem autorização, roubou ou tentou roubar alguma coisa? (Não estou a incluir aqui roubos nas garagens, armazéns ou locais com segurança)
- Quando é que essa invasão à sua casa aconteceu?

Roubo de Animais

Quarenta por cento das famílias nas cidades possuem criações, na maior parte galináceas. Ao passo que nas zonas rurais a percentagem é maior, 62%. Em média, 15% dos proprietários de galinhas foram vítimas de roubos (aproximadamente 21% em Quelimane e 12% em Maputo). Nas zonas rurais, a percentagem foi de 14%. O roubo de galináceos é considerado o furto mais elevado do país..

- Nos últimos 5 anos, alguém no seu agregado familiar teve ou tem uma criação de animais?
- Nos últimos 5 anos, roubaram animais a alguém do seu agregado familiar?
- Quando é que esse roubo aconteceu?

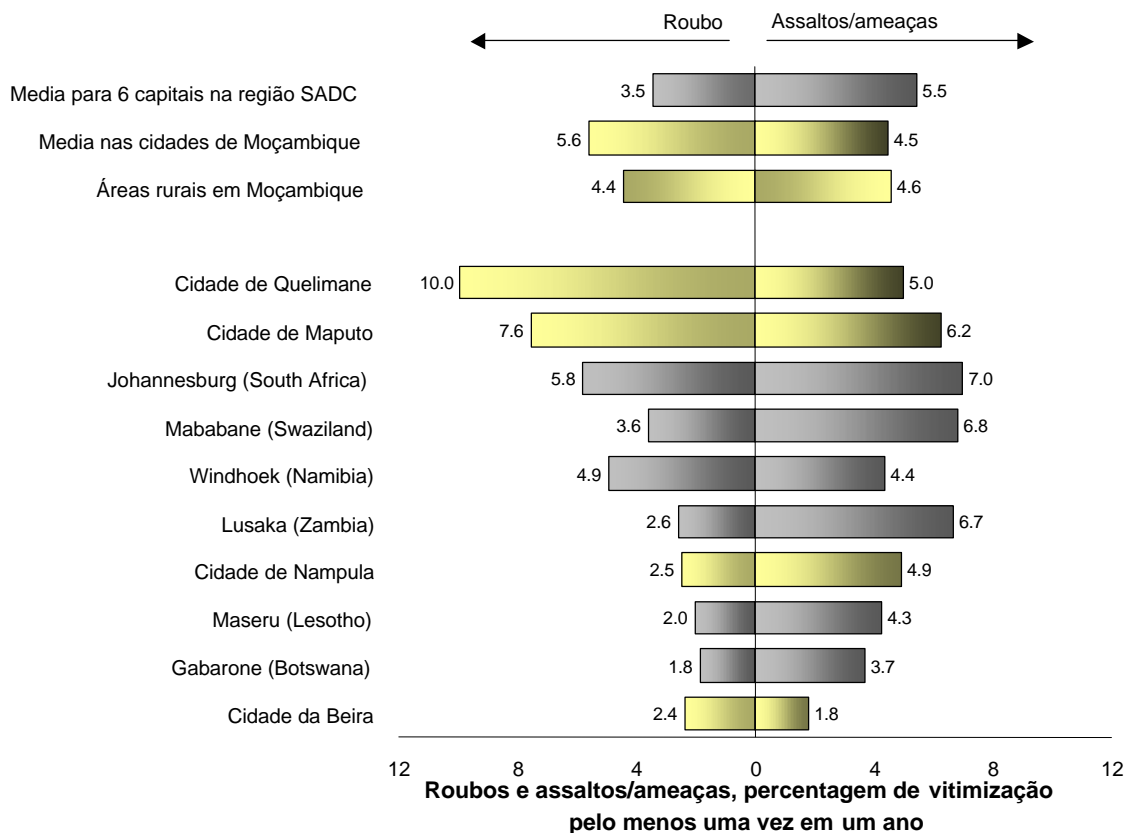
Violência

Os padrões do crime violento podem ser diferentes dependendo de o crime ter sido cometido para roubar bens ou não.

As taxas de **assalto/ameaça** são similares em toda a região da SADC: Moçambique está abaixo da média das 6 capitais da região da SADC, sem que existam diferenças entre áreas urbanas e rurais. Geralmente, este tipo de crime não está relacionado com o roubo de bens da vítima. Em Moçambique, 40% destes crimes envolvem o uso de uma arma, valor ligeiramente maior que a média regional (38%). Aproximadamente 23% dos casos foram participados à polícia: este pode parecer um valor baixo, mas está acima da média da região da SADC (14%).

Pelo contrário, o **roubo** com violência é altamente frequente em Moçambique, com taxas muito altas nas cidades de Quelimane e Maputo. Em 37% dos assaltos com violência utilizaram-se armas, uma taxa mais baixa que a média da região da SADC (52%).

As armas, especialmente as armas de fogo, foram utilizadas com mais frequência para cometer crimes em Maputo que no resto do país.



Enquanto que nas zonas rurais de Moçambique os roubos e assaltos apresentam percentagens similares, o primeiro tipo de crime é mais elevado nas cidades, especialmente em Quelimane onde os roubos foram duas vezes mais elevados que os assaltos e ameaças. Em cinco das seis cidades capitais da região da SADC observou-se o contrário, ou seja, os assaltos e ameaças foram mais elevados que os roubos. Considerando que o roubo é tanto um crime contra a propriedade bem como um crime violento, pode significar que medidas preventivas são uma forma eficaz para reduzir o crime.

- Nos últimos 5 anos, alguém lhe roubou ou tentou roubar-lhe alguma coisa com uso de força ou ameaças?
- Quando é que esse roubo aconteceu?

- Para além dos incidentes de que falámos, nos últimos 5 anos sentiu-se atacada/o ou ameaçada/o de uma forma que a/o assustou muito?
- Quando é que esse ataque/ameaça aconteceu?

Crimes Relacionados com Viaturas

VIATURAS

A Cidade de Maputo possui um número elevado de proprietários de viaturas (25%), pelo que o roubo de viatura é maior nesta cidade.

A Cidade de Maputo constitui a única região do país onde se verificaram casos de roubo de viaturas à mão armada. Existem organizações criminais algumas das quais foram identificadas pelas autoridades da lei e ordem. As viaturas roubadas são vendidas nos países fronteiriços (Swazilândia, África do Sul) ou desmanteladas e revendidos os acessórios.

Nenhum caso de veículos roubados foi anotado fora das cidades principais. O roubo não violento de veículos é mais elevado na cidade de Maputo.

O furto em veículos é particularmente alto nas cidades da Beira e Maputo. Em média, o furto em veículos é três vezes mais elevado que nos países vizinhos.

Existem, em menor dimensão, alguns casos de vandalismo em viaturas.

MOTORIZADAS E MOTOCICLETAS

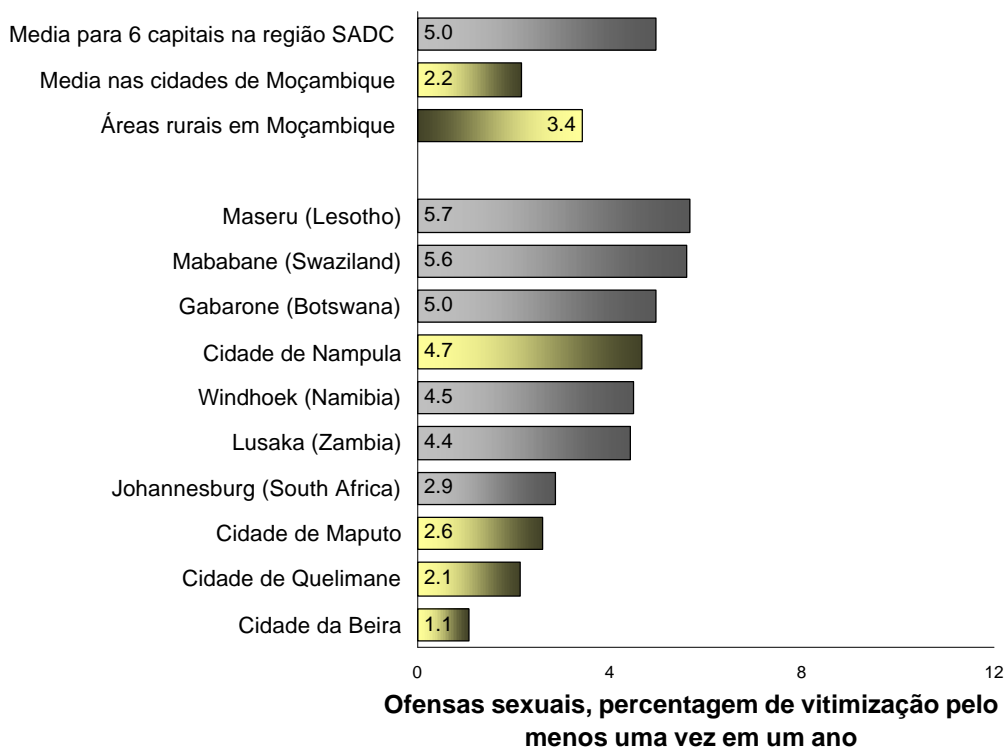
Em média, os proprietários das motorizadas e motocicletas representam 15%, dentre esses, 4% dos proprietários foi vítima de furto.

BICICLETAS

A cidade de Quelimane é aquela que possui o maior número de proprietários de bicicletas (75%); nesta cidade um indivíduo em cada quatro foi já vítima de roubo de bicicletas. A cidade do Maputo detém 23% de proprietários de bicicletas e menos de 5% dos proprietários já foi vítima de furto.

Taxa de vitimização dos proprietários de viaturas, Percentagem de vitimização pelo menos uma vez	Roubo de viatura	Roubo de viatura a mão armada	Roubo de acessórios	Vandalismo em viaturas
Cidade de Nampula	1.5	-	9.1	1.5
Cidade de Quelimane	2.6	-	5.1	-
Cidade de Beira	1.2	-	13.6	-
Cidade de Maputo	7.5	5.2	21.0	5.2
Media nas cidades de Moçambique	3.2	1.3	12.2	1.7
Áreas rurais em Moçambique	-	-	9.7	6.5
Media para 6 capitais na região da SADC	1.5	1.1	4.5	1.8

Ofensas Sexuais



As questões sobre ofensas sexuais foram colocadas apenas às mulheres. A vitimização da mulher é mais baixa em Moçambique em relação aos países vizinhos. Os níveis médios de vitimização foram similares nas cidades e nas áreas rurais, não obstante a gravidade dos incidentes ser maior nas áreas rurais, onde a maior parte dos casos envolvia violação.

Como é o caso em quase todos os países, a maior parte das vítimas conhecia o agressor pelo menos de vista. Em muitas ocasiões o agressor era o marido, o ex-marido ou um namorado.

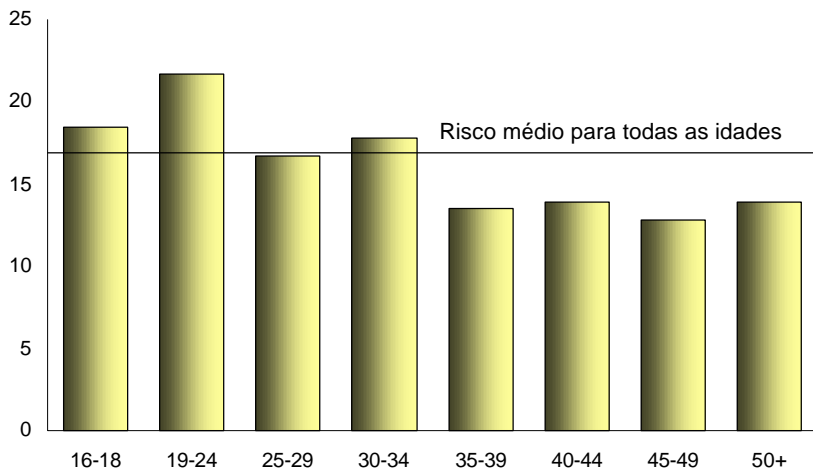
As ofensas sexuais em Moçambique são participadas à polícia com maior frequência em relação à média da região. A informação sobre a violência contra a mulher deve completar-se com informação específica obtida através de um inquérito apropriado.

- A pergunta que lhe vou fazer em seguida é bastante pessoal. As vezes, algumas pessoas agarram, tocam ou assaltam outras por motivos sexuais de uma forma ofensiva. Isto pode acontecer em casa ou noutros locais, como num bar, na rua, na escola, num transporte público/chapa-cem, no cinema, na praia ou no local de trabalho. Nos últimos 5 anos, alguém terá feito isso consigo? Por favor, use o tempo que precisar para pensar (incluir violência sexual doméstica).
- Quando é que essa ofensa aconteceu?

Idade e Risco

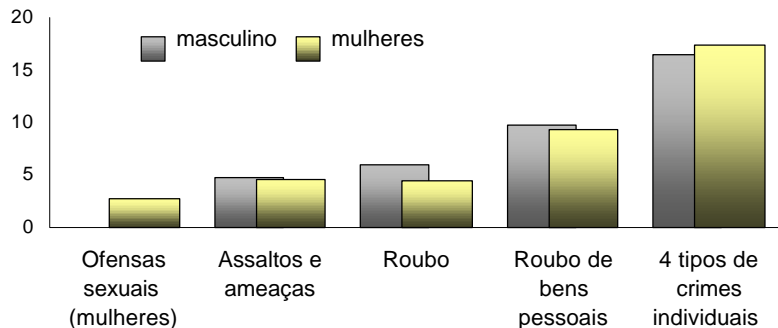
A diferença existente entre os grupos etários não é enorme, o grupo que compreende dos 19 aos 24 anos corre maiores riscos. Por outro lado, é importante sublinhar que o grupo etário jovem não corre baixíssimos riscos em relação ao grupo etário compreendido entre os 25 e os 35 anos.

Dois principais factores na vitimização referem-se a uma certa vida perigosa que leva a vítima ao contacto com o criminoso e à atracção que este último possui em relação à vítima. A camada jovem em geral, é exposta a um tipo de vida mais perigoso em relação à camada adulta, mas por outro lado, os adultos possuem mais dinheiro e bens materiais daí que tendem a ser mais atraentes como vítimas. Depois dos 35 anos de idade a tendência é de os riscos tenderem a reduzir um pouco.



Vitimização dos 4 crimes contra o indivíduo por grupo etário

Nove dos 13 crimes do inquérito externo relacionam-se, em grande parte ao ambiente doméstico. Aqui, consideramos os quatro crimes que envolvem somente o indivíduo, tais como o roubo, o roubo de bens pessoais, as ofensas e violência sexual e as ameaças.



Diferença existente entre os homens e mulheres sobre os riscos de vitimização . (percentagem das taxas prevalentes para os 4 tipos de crime)

Em termos de exposição a riscos, não existem grandes diferenças entre homens e mulheres. Algumas diferenças são evidenciadas no furto: as mulheres são menos sujeitas a furtos acompanhados de violência. Embora as percentagens de vítimas de assaltos/ameaças sejam iguais para ambos grupos, é preciso notar que 2% de mulheres sofrem violência sexual. Contudo observou-se uma % relativamente alta de mulheres vítimas de crimes pessoais.

A vitimização das mulheres inclui casos de violência doméstica, violência no trabalho e na escola. Em comparação com as vítimas masculinas, as mulheres são mais vezes atacadas por agressores individuais do que por grupos e conhecem mais frequentemente o seu agressor. As armas, especialmente as armas de fogo, são utilizadas menos frequentemente contra as mulheres do que contra os homens.

"As mulheres são objecto de vitimização criminal tal como os homens; contudo, no que diz respeito a alguns crimes, as mulheres correm um risco maior ou menor, enquanto que para outros elas são as convencionais vítimas exclusivas, potenciais e reais. A última categoria inclui vários tipos de incidentes de natureza sexual.

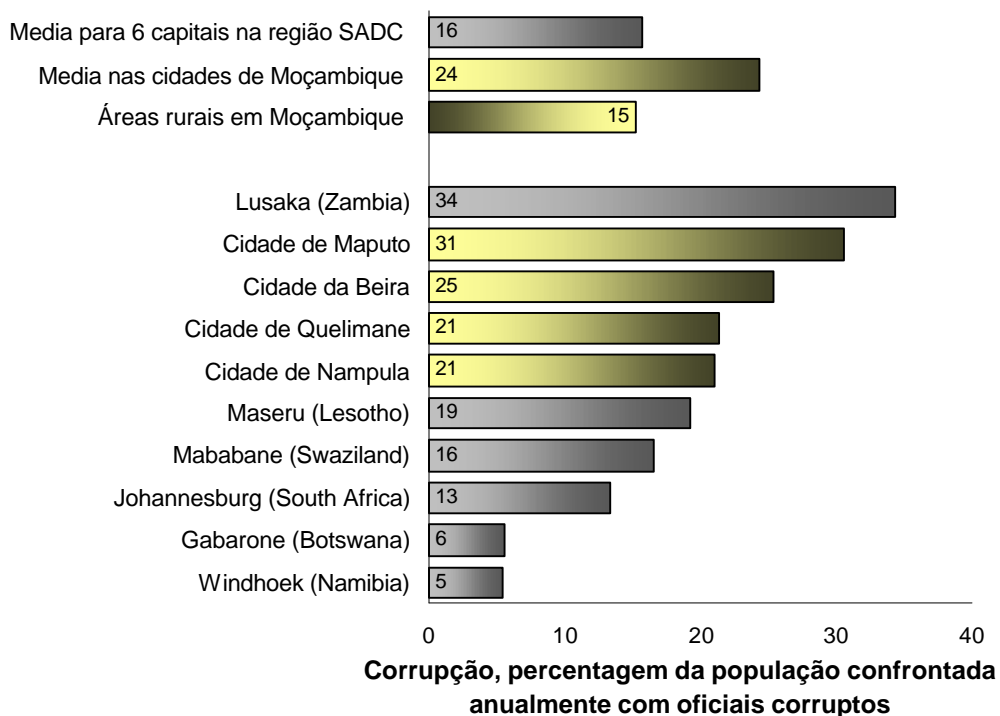
No início, deve ser sublinhado que, não obstante a metodologia padrão, o ICVS revelou que as mensagens culturais em diferentes contextos ou na escolha das palavras das perguntas pode extrair diferentes respostas em diferentes línguas.

Logo, a interpretação dos resultados do ICVS relativos às ofensas sexuais precisa de ser olhada com especial precaução. Na realidade, esta questão mais que outras partes do inquérito, requer especial atenção para com a terminologia utilizada, por exemplo, o significado exacto das palavras "incidente", "assalto" e "crime" deve ser cuidadosamente pesado. Tem sido debatido que a primeira pergunta sobre incidentes sexuais pode não ser tão clara quanto as restantes perguntas relativas às várias experiências de vitimização, desde que não invoque um tipo único de crime, mas sim um leque amplo de eventos."

(In Victims of crime in the developing world, Alvazzi del Frate, 1998. p.37)

Corrupção

- Em alguns países regista-se um problema grave, que é o da corrupção que se verifica nos funcionários públicos ou governamentais. Durante o ano de 2001, algum funcionário governamental, como, por exemplo, um funcionário dos serviços alfandegários, um agente da polícia ou um fiscal da construção do seu país, lhe pediu ou esperou que pagasse um suborno por serviços prestados?



As taxas observadas nos diferentes países da SADC variam entre 5 e 35%, aproximadamente, e não obedecem a um padrão fixo. É importante notar que as taxas representam uma medida da experiência directa dos cidadãos com o suborno. Altas taxas podem ser uma indicação de altos níveis de corrupção, mas também indicam a predisposição de informar sobre as suas experiências. Por outras palavras, muitos informadores sentem-se à vontade para falar sobre o fenómeno e estão potencialmente preparados para o combater.

Foram encontradas taxas de corrupção entre 20 e 30%, aproximadamente, nas quatro cidades moçambicanas, sendo Maputo a mais afectada.

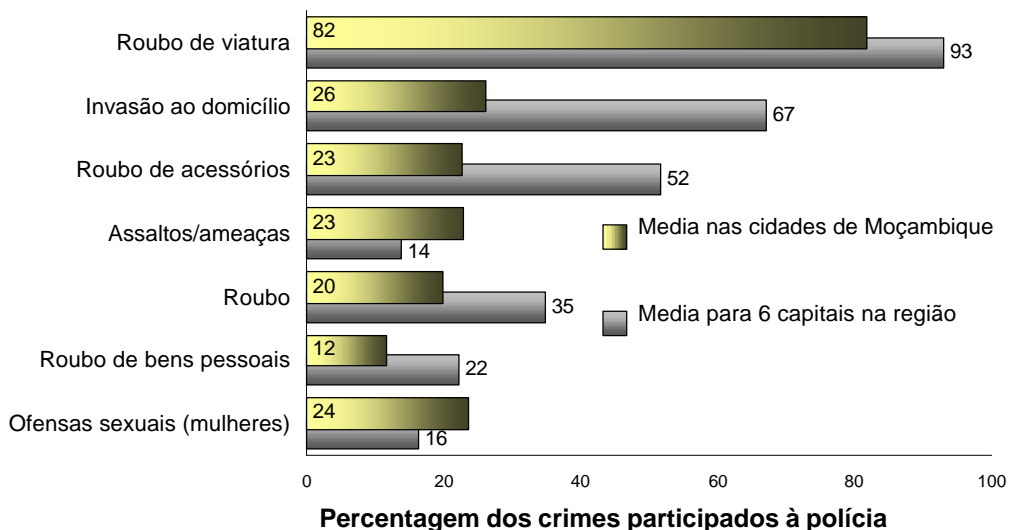
Perguntou-se também quem era o funcionário corrupto. Os agentes da polícia são a resposta mais frequente (25%). Isto é bastante provável uma vez que os civis estão mais em contacto com a polícia do que com qualquer outro funcionário público. A seguir a resposta mais frequente são os professores e o pessoal de saúde tais como médicos e enfermeiros. (21 e 17% respectivamente).

Participação a Polícia

Com exceção das ofensas sexuais e dos assaltos/ameaças, os demais tipos de crime são participados à polícia com menor frequência em relação aos países vizinhos. O roubo de viaturas é participado em 82% dos casos, seguindo-se o roubo ao domicílio com 26% (67% nos países vizinhos). Também o roubo em viaturas e o roubo com violência são muito menos participados.

As cifras negras dos crimes cometidos são muito altas. O facto da não aparecimento de muitos crimes nas estatísticas oficiais pode gerar problemas na prevenção do crime, com afectação errada de recursos e esforços que poderão ser utilizados em iniciativas não relacionadas com o quadro real do crime.

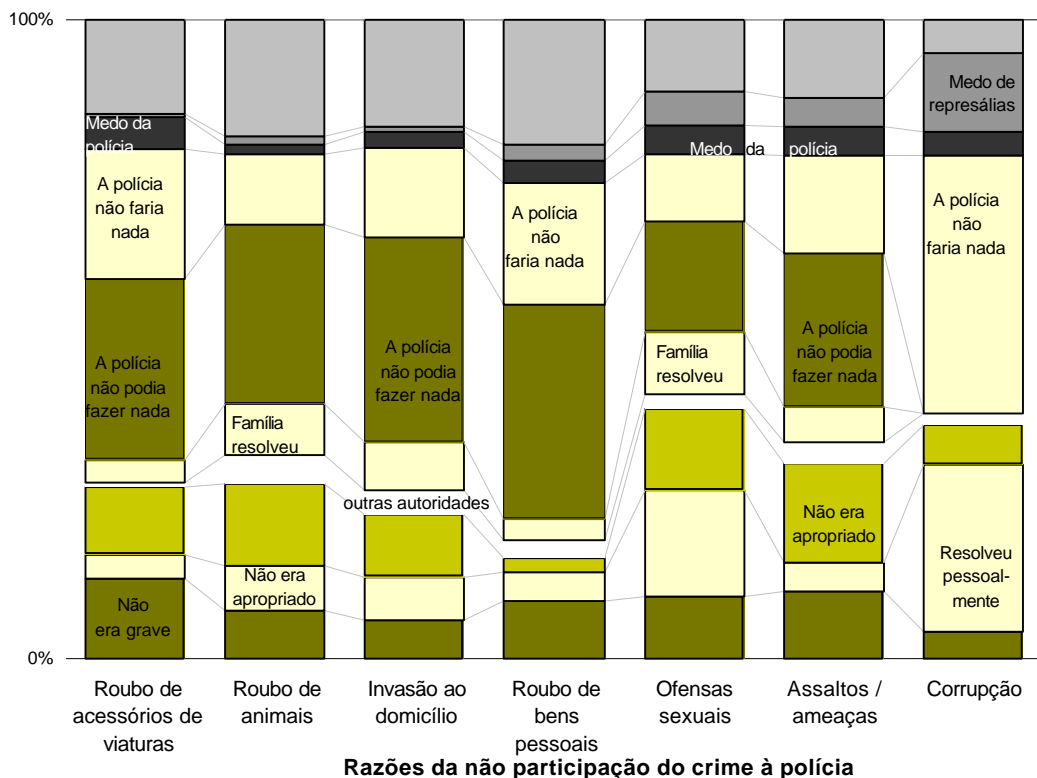
A repetição regular de inquéritos sobre vitimização pode ajudar a controlar a percentagem de crimes participados à polícia e melhorar o rendimento da polícia em relação à questão.



As razões mais mencionadas para a participação à polícia são a recuperação dos bens roubados e o desejo da vítima de que o infractor seja apanhado e punido. Uma vez que não existem bens roubados no caso das ofensas sexuais e dos assaltos e ameaças, a última razão é a mais importante relativamente a estes dois crimes.

As taxas de baixa participação podem indicar que as vítimas acreditam que a participação à polícia não resultará na recuperação dos bens. O furto de bens pessoais é provavelmente o menos sério dos roubos, logo a recuperação dos bens é menos importante. Isto necessita também de ser visto à luz das razões para a participação à polícia que são discutidas na próxima página.

Crimes não Participados



Os inquiridos podiam fornecer mais de uma resposta, alguns forneceram somente uma, outros deram três ou mais respostas. A percentagem aqui consiste no número total das respostas fornecidas.

As razões que contribuem para a não participação do crime às autoridades variam de acordo com a tipologia do crime. Na maior parte dos casos, os cidadãos afirmaram que a polícia não pode ou não quer fazer nada. Esta é uma afirmação assaz importante que revela a falta de confiança na polícia na altura de participar os crimes.

É possível desenvolver estratégias para melhorar o rendimento da polícia neste sentido em particular, o que pode melhorar a sua imagem e promover um enfoque baseado na prestação de serviços.

As **ofensas sexuais** destacam-se um pouco. As razões mais mencionadas foram que o inquirido resolveu ele mesmo a questão. Que a polícia não faria nada é mencionado muito menos frequentemente que para os outros crimes.

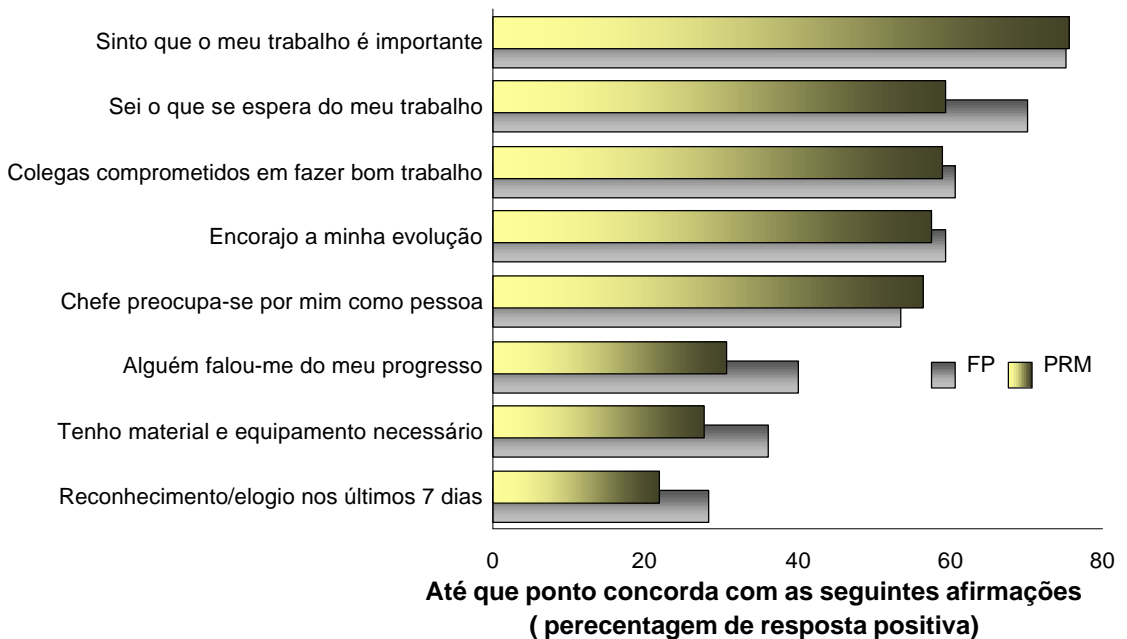
A polícia não pode fazer nada é a razão mais mencionada para a não participação de incidentes de **corrupção**. É esperado que o funcionário corrupto ao ser questionado negue qualquer suborno o que resulta na palavra do civil contra a do funcionário público. Em muitos casos, o funcionário corrupto era um agente da polícia. A seguir a razão mais mencionada foi "resolvi-o eu mesmo", isto provavelmente significa que o suborno foi pago e assumida a perda.

Atitudes da Polícia e da Função Pública

Ambiente de Trabalho

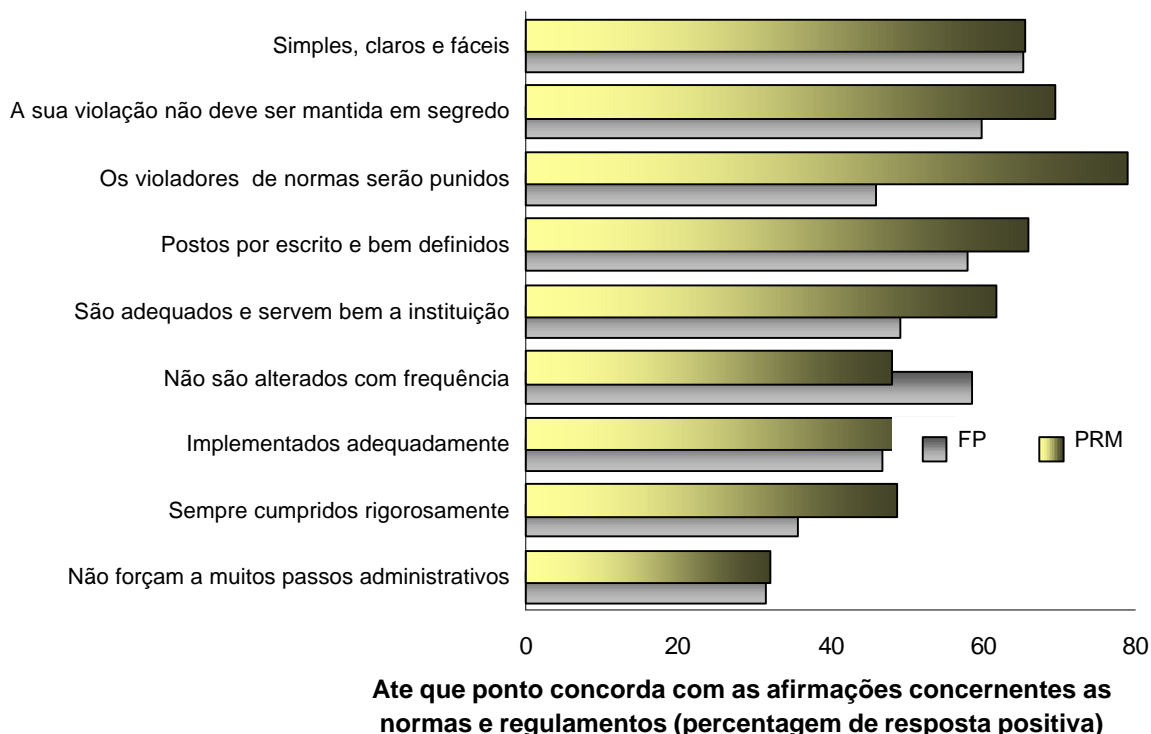
Perguntou-se tanto aos agentes da polícia como aos funcionários públicos se concordavam ou não com oito declarações relativas ao ambiente de trabalho. Estes oito pontos constituem o grau de satisfação para com o trabalho e para com o ambiente de trabalho.

A polícia e outros funcionários públicos apresentam o mesmo padrão de respostas, "A visão e a missão do departamento fazem-me sentir que o trabalho é importante", obteve a maior concordância tanto nos agentes da polícia como nos outros funcionários públicos e "Fui reconhecido e recebi louvor por fazer um bom trabalho nos últimos 7 dias" obteve a menor percentagem de concordância nos dois grupos. A ordenação destes oito pontos é idêntica. Contudo, os funcionários públicos estão na sua totalidade mais satisfeitos com o ambiente de trabalho. Para dois dos oito pontos, a polícia apresenta percentagens ligeiramente mais elevadas que os funcionários públicos. Para seis pontos os funcionários públicos têm percentagens mais elevadas, e para quatro dos pontos, a diferença é bastante grande.



Resumindo: Os agentes da polícia 1) conhecem menos do que se espera deles, 2) falaram menos com alguém sobre desenvolvimento pessoal, 3) acreditam ter menos material e equipamento para realizar adequadamente o trabalho e 4) recebem menos reconhecimento ou louvor pela realização de um bom trabalho, em comparação com outros funcionários públicos.

Regulamentos e Procedimentos



Colocaram-se nove declarações relativas às regras e regulamentos a ambos os grupos de inquiridos. Todas as declarações foram fraseadas positivamente. Tal significa que numa situação ideal é esperada uma elevada concordância. Em geral, os agentes da polícia concordam mais com as nove declarações. Somente num ponto: "As regras e regulamentos não são revistos regularmente", a polícia concordou menos que os outros funcionários públicos. Existem duas grandes diferenças no que diz respeito ao como as regras e regulamentos funcionam adequadamente. Os agentes da polícia concordam mais com a declaração de que as regras e regulamentos deviam ser reforçados, independentemente dos seus destinatários, os funcionários públicos por seu lado colocaram este aspecto apenas em sétimo lugar.

Independentemente destas diferenças entre a polícia e os funcionários públicos, a maior concordância existe nas declarações: "São simples, claros e fáceis de compreender", "Não existem demasiados passos administrativos" e "Estão escritos e bem definidos".

Os aspectos mais fracos das regras e regulamentos são a facilidade com que as violações permanecem secretas, a sua por vezes inadequação e o não servirem sempre a instituição da melhor maneira.

Com base nestas averiguações, a transparência relativa às violações das regras e regulamentos é a medida de melhoria mais recomendada. Também se impõe uma revisão parcial das regras e regulamentos para assim se decidir da sua adequação à organização.

Estratégias Anti-Corrupção

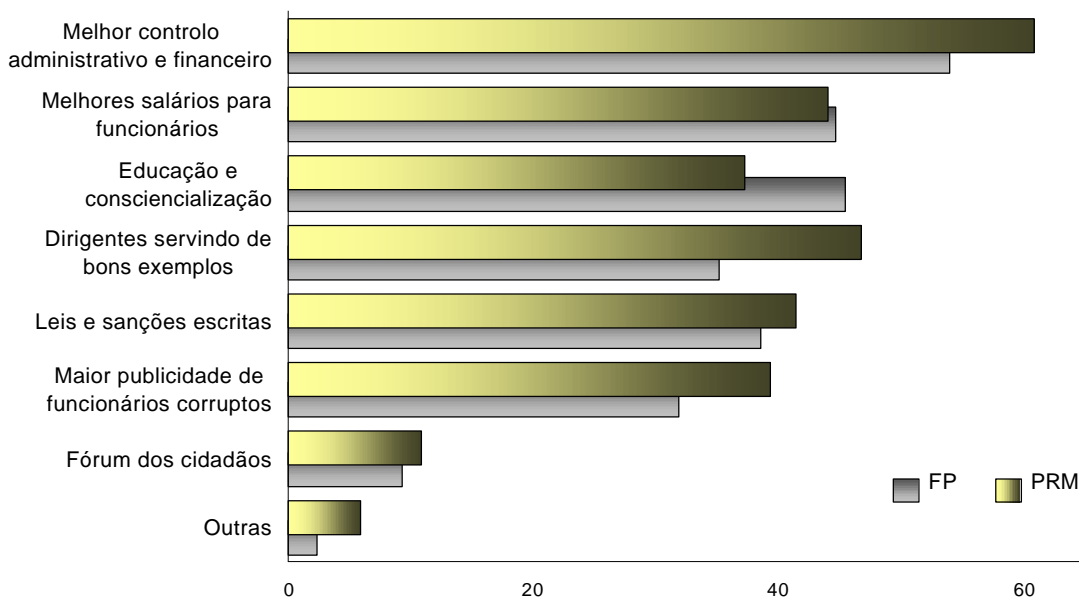
O inquérito externo sobre vitimização mede uma quantidade realística de corrupção a

“nível da rua”, ou seja, a corrupção com que os cidadãos comuns têm de lidar. Os resultados indicam que os oficiais da polícia são os mais mencionados pelos inquiridos como aqueles que pedem subornos. Muito importante é descobrir o que os agentes da polícia e os outros funcionários públicos consideram ser a melhor forma para combater a corrupção.

Aos funcionários públicos e aos agentes da polícia pediu-se que marcassem as três estratégias anti-corrupção mais eficazes no seu departamento ou instituição.

Entre as diversas medidas, as duas mais seleccionadas pelas polícias foram "Controles administrativos e financeiros mais efectivos nas instituições públicas" e "Líderes a dar o bom exemplo". Essas categorias foram seleccionadas mais frequentemente pelos polícias do que pelos funcionários públicos. Uma outra categoria seleccionada com mais frequência pelos polícias do que pelos funcionários públicos foi "Maior publicidade aos funcionários corruptos".

É surpreendente que apenas 10% dos agentes da polícia e dos outros funcionários públicos senrem que o envolvimento directo dos cidadãos através de um fórum dos cidadãos seria uma forma eficaz para reduzir a corrupção. Pode bem ser que um fórum fora da organização seja a forma mais eficaz para se lidar com esta questão tão problemática e sensível.



Estratégias anti-corrupção, percentagem de resposta positiva considerada eficaz pelos oficiais da polícias e funcionários públicos

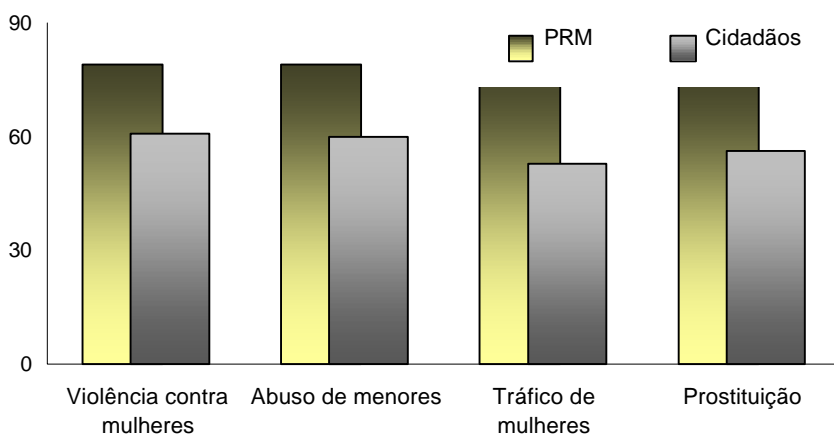
Comparação das Opiniões da Polícia e do Público

Mulheres Agentes da Polícia

Somente 7% dos agentes da polícia são mulheres. A pergunta colocada aos cidadãos e aos polícias foi a seguinte:

Pensa que um maior envolvimento de agentes policiais femininos poderia ser útil para melhorar a actuação da polícia em tipos específicos de crime? Por exemplo, concorda que a mulher pode estar numa melhor posição para tratar com os seguintes problemas:

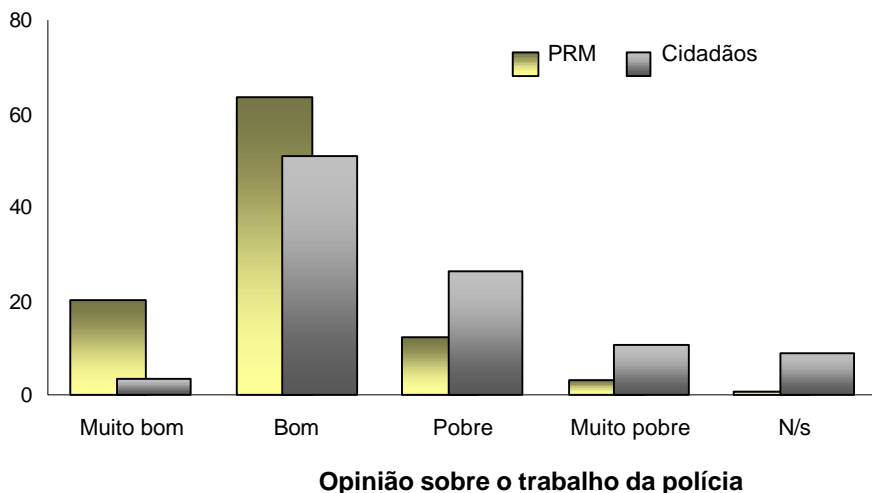
- violência contra mulheres / violência doméstica
- abusos de menores, pedofilia
- tráfico de mulheres e crianças
- prostituição



É útil a incorporação das mulheres oficiais da policia nos casos dos quatro crimes seleccionados? (percentagem de resposta positiva)

Os agentes da polícia mostraram-se muito a favor de um maior envolvimento das mulheres na polícia. Também deram como sua opinião que já existe um bom (39%) ou muito bom (57%) relacionamento entre polícias masculinos e femininos. Também os cidadãos foram da opinião que mais polícias de sexo feminino poderiam melhorar a actuação da polícia particularmente em relação a crimes contra mulheres e crianças.

Grau de Satisfação com a Polícia



Os agentes policiais têm uma opinião ligeiramente mais positiva sobre o seu desempenho em comparação com os cidadãos. Os aproximadamente 15% dos oficiais de polícia pensam que os civis não são satisfeitos, enquanto aliás 26% dos civis indica que eles não são satisfeitos.

A satisfação com o desempenho da polícia foi mais baixa na cidade de Maputo (43%). É preciso observar, no entanto, que a apreciação da polícia em Moçambique é entre as mais altas na região: somente cidadãos de Botswana e África do Sul manifestaram níveis mais altos de satisfação com o desempenho da polícia.

Perguntou-se aos oficiais da polícia: Qual é a sua percepção da capacidade global da polícia para prevenir e controlar o crime?

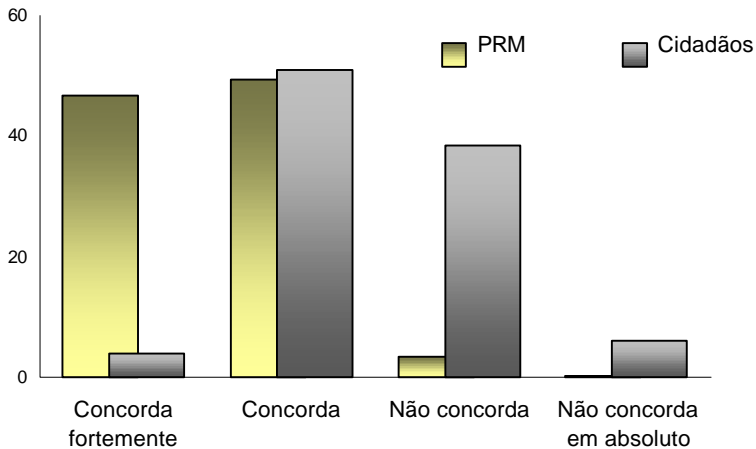
Perguntou-se aos cidadãos: Considerando todos os factores, como considera a capacidade da polícia da sua área para controlar o crime?

A ambos: Acha que estão a fazer um trabalho muito bom, um trabalho bastante bom, um trabalho bastante pobre ou um trabalho muito pobre.

Auxílio Policial

Enquanto 96% dos agentes policiais estão convencidos que a polícia faz tudo o que pode para ajudar os cidadãos, somente 55% dos cidadãos disseram que este é o caso. A polícia tem uma opinião bastante positiva do seu desempenho o que nem sempre corresponde à opinião do público.

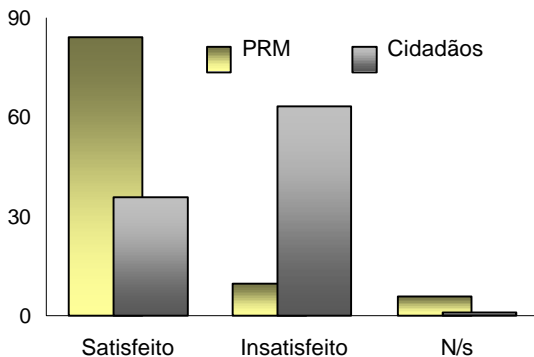
Questões colocadas aos cidadãos e aos polícias: Até que ponto concorda que a polícia faz tudo o que pode para ajudar as pessoas e ser de utilidade? Concorda totalmente, tende a concordar, tende a não concordar ou não concorda em absoluto?



Polícia e ajuda aos cidadãos

O gráfico mostra os agentes policiais que acreditavam que os cidadãos estavam satisfeitos com a forma como foram recebidos pela polícia e, por outro lado, os cidadãos que disseram que, de facto, estavam satisfeitos. A diferença é enorme.

Questionaram-se aos agentes policiais: Qual é a sua opinião sobre o modo como a polícia trata o cidadão que vai denunciar o crime? Pensa que o modo como a polícia recebe o público é muito bom, bastante bom, bastante mau ou muito mau?



Satisfação sobre a denúncia

A pergunta colocada aos vítimas de seis diferentes tipos de crime que comunicaram o facto à polícia foi: No geral, ficou satisfeito com a forma como a polícia lidou com a situação? (sim, não, não sabe).

Ambas as perguntas indicam que é importante que a polícia bem como qualquer outro serviço público, obtenham feedback regular no que diz respeito à forma como a população apreende o trabalho por eles realizado. Os resultados aqui apresentados podem significar que não é claro para os agentes da polícia o que o público espera deles. Mas o contrário também é válido, ou seja, o público não tem uma ideia realista daquilo que a polícia pode e não pode fazer.

Conclusões

Inquérito Externo

- As taxas de vitimização em Moçambique são muito elevadas, com níveis similares aos observados em outros países da região da SADC utilizando idêntica metodologia
- As taxas de participação à polícia de todos os tipos de crime é baixa, menor que a média da região da SADC
- Enquanto que os crimes contra a propriedade são mais frequentes nas cidades, as taxas de crimes com violência são similares para as áreas urbanas e rurais, assim sugerindo que o crime nas grandes cidades tem uma componente oportunista que pode ser prevenida por meio de uma melhor protecção dos alvos (por exemplo, melhor protecção dos lares)
- Embora seja muito baixo o índice que indica a disponibilidade para obtenção de armas, muitos crimes são cometidos utilizando armas de fogo, especialmente em Maputo
- A maioria das vítimas não ficou satisfeita com a actuação da polícia
- A recorrência aos serviços de instituições públicas ou privadas para a participação de crimes, tem sido pouco frequente apesar de admitirem úteis os seus serviços
- A maior parte dos bens roubados não chegou a ser recuperado pelas vítimas
- A maior parte dos inquiridos afirmou ter sido vítima de actos que considera crime, como por exemplo, roubos (viaturas e acessórios, motorizadas, bicicletas, animais), vandalismo em viaturas, corrupção, ofensas sexuais, etc.
- Em geral, os crimes foram efectuados por ladrões que actuaram em grupos de dois ou mais elementos e, aconteceram na maior parte dos casos dentro ou nas vizinhanças da casa, com recurso a armas de fogo, em particular à pistola/revólver

Inquéritos Internos

- Observa-se uma forte auto-valorização em relação ao trabalho e à opinião que o cidadão tem da polícia
- O problema do crime é visto como dinâmico, com percepções diferentes nas distintas províncias
- Os oficiais da polícia, geralmente, consideraram a falta de emprego como uma das causas mais importantes do crime
- A corrupção nos escritórios públicos existe: oficiais da polícia e funcionários públicos admitem que com grande frequência os cidadãos oferecem um pagamento para obter uma melhor prestação de serviços. Contudo, a maior parte dos oficiais está convencida que a corrupção produz efeitos negativos sobre o serviço
- Melhores salários e equipamentos são considerados como factores importantes para melhorar a satisfação no trabalho e o rendimento da polícia

A opinião sobre o aumento ou diminuição do crime nos últimos 5 anos está bastante dividida, mas com diferenças provinciais: em Sofala a percepção de aumento destaca-se, sucedendo o inverso em Nampula. Os crimes considerados mais frequentes foram as ofensas corporais e os roubos em casas, muito distantes de outros tipos de crimes. Esta tendência é igual para as 4 províncias. O anterior coincide com a opinião expressa sobre os crimes que representam maior ameaça. A causa principal da criminalidade, segundo as autoridades policiais, é o desemprego. Esta percepção é a mesma se analisada por província.

Para a polícia o combate à delinquência juvenil passa pela disciplina em casa e aumento do emprego. Para os agentes da polícia de Sofala e Zambézia à disciplina doméstica junta-se a necessidade de aumentar a vigilância.

De acordo com os agentes da polícia inquiridos, o medo de represálias e o medo da polícia, fazem com que muitos cidadãos não denunciem o crime. Só não é assim na província da Zambézia, onde os motivos da não denúncia prendem-se maioritariamente com a resolução pessoal do crime ou com a notificação a outras autoridades.

Quanto ao desempenho e satisfação da polícia, observa-se uma forte auto-valorização em relação ao seu trabalho e à opinião que o cidadão tem da polícia. Mas agentes policiais têm uma opinião mais positiva sobre o seu desempenho em comparação com os cidadãos. A mesma auto-valorização observa-se para os restantes itens. De uma forma geral, os polícias manifestam-se satisfeitos com o seu trabalho, mas um número considerável põe a possibilidade de mudar de emprego, fundamentalmente por questões salariais. Esta tendência é semelhante nas 4 províncias.

O problema salarial também é apontado como a principal medida para melhorar a imagem da corporação policial. Contudo, para melhorar a imagem, de acordo com os inquiridos, outras medidas são igualmente imprescindíveis, destacando-se a necessidade de melhores esquadras e uniformes.

Recomendações Finais

- Estabelecimento de uma estratégia nacional de prevenção do crime
- Estabelecimento de uma base de dados para a polícia e para a justiça criminal a ser desenvolvida de acordo com padrões internacionais, incluindo inquéritos sobre vitimização regulares e controle do rendimento
- Melhoramento do rendimento da polícia na recepção e assistência às vítimas de crime, para aumentar as taxas de participação de crimes à polícia
- Actualização dos recursos humanos e técnicos em todos os níveis da polícia e em todo o território nacional
- Melhoramento do balanço de género na polícia.